

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Viviane de Assunção e Souza

JORNALISMO CIENTÍFICO NA REVISTA
SUPERINTERESSANTE

Passo Fundo

2012

Viviane de Assunção e Souza

JORNALISMO CIENTÍFICO NA REVISTA
SUPERINTERESSANTE

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo, da Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob a orientação do Prof. Dr. Otavio José Klein.

Passo Fundo

2012

Dedico este trabalho ao meu marido e aos meus familiares que foram fundamentais para a conclusão de mais uma etapa da minha vida.

Agradecimentos

A Deus, por me permitir sonhar e me dar forças para realizar esse sonho.

Ao meu marido, pelo exemplo de amor e paciência demonstrados todos os dias nesta longa jornada.

Aos meus pais, por fazerem dos meus sonhos, os deles.

Aos meus familiares e amigos, por se alegrem comigo diante de mais uma conquista.

Ao meu orientador Otavio José Klein, por dividir comigo o seu conhecimento e as suas ideias.

Ao professor Benami Bacaltchuk e à coordenadora de curso Bibiana Friderichs, pela disposição e auxílio em sala de aula.

Aos demais professores pela dedicação e ensino durante esses três anos e meio.

RESUMO

Esta monografia aborda a questão do jornalismo científico na revista Superinteressante. A partir da década de 90, a revista fixou o tema religião em suas edições e iniciou uma crescente apresentação de reportagens ligadas a temas bíblicos. No mesmo período, a cientificidade da teologia, que tem como objeto de estudo a Bíblia, foi aceita no Brasil e incluída na área das Ciências Humanas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Através de um estudo descritivo-analítico, buscou-se responder se as matérias sobre interpretação bíblica que integram a Superinteressante são de fato científicas. Os resultados apontam que as reportagens não são baseadas em um estudo anterior realizado a partir de um método científico de interpretação bíblica.

Palavras-chave: Jornalismo Científico. Ciências Humanas. Hermenêutica Bíblica. Revista Superinteressante.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 JORNALISMO CIENTÍFICO	9
1.1 História do Jornalismo Científico	11
1.2 Revista Superinteressante: 25 anos de ciência	13
1.3 Jornalistas x Cientistas.....	14
2 CIÊNCIAS HUMANAS E A HERMENÊUTICA	20
2.1 Período Patrístico e a Quadriga Medieval	22
2.2 Método Gramático-Histórico.....	23
2.3 Método Histórico- Crítico	25
2.3.1 Crítica das Fontes	26
2.3.2 Crítica da Forma	27
2.3.3 Crítica da Redação	28
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA REVISTA SUPERINTERESSANTE	30
3.1 “Que reis foram estes?”	31
3.1.1 Análise	31
3.2 “A fraude de São Paulo”	33
3.2.1 Análise	33
3.3 “Bíblia passada a limpo”	34
3.3.1 Análise	35
3.4 “Saiba o que a ciência já descobriu a respeito do Abraão histórico”	36
3.4.1 Análise	37
3.5 “Quem escreveu a Bíblia?”	37
3.5.1 Análise	39
3.6 “Os anos ocultos de Jesus”	40
3.6.1 Análise	42
3.7 “A Bíblia como você nunca leu”	42
3.7.1 Análise	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

O presente trabalho desenvolvido para a conclusão do curso de Comunicação Social - habilitação em Jornalismo -, da Universidade de Passo Fundo, aborda a questão da produção de jornalismo científico na revista Superinteressante. O problema que o trabalho busca responder é se de fato são científicas as matérias produzidas sobre Bíblia. Para isso, serão analisadas sete reportagens que constituem o universo da pesquisa.

Através de um estudo descritivo analítico, procurou-se fazer uma pesquisa bibliográfica sobre jornalismo científico e sobre hermenêutica bíblica, para sustentar as respostas e considerações obtidas. Ainda, fez-se uma descrição do material jornalístico da revista Superinteressante para, em seguida, analisá-lo de acordo com o estudo levantado anteriormente.

No primeiro capítulo, intitulado “Jornalismo Científico”, pretende-se explicar o que é e como é produzida essa espécie de conteúdo. Além disso, é descrita a história da revista Superinteressante, como começou a produzir conteúdo científico e qual a sua referência, bem como as edições mais vendidas até hoje. Por último, é traçado dificuldades e contratempos que os comunicadores enfrentam hoje para realizar o jornalismo científico.

No capítulo seguinte, “Ciências Humanas e a Hermenêutica”, serão apresentados os argumentos da cientificidade da Teologia e, também, do seu objeto de estudo: a Bíblia. Em seguida, será descrito três métodos da hermenêutica usados para a interpretação das Escrituras Sagradas. O primeiro é o método da Quadriga Medieval; o segundo, o gramático-histórico; e, por fim, o histórico crítico.

No último capítulo, de descrição e análise, será comentado, em primeiro lugar, o objeto de estudo deste trabalho. Depois, uma breve descrição dos três panoramas usados para selecionar as matérias da revista Superinteressante: um contendo todas as matérias produzidas até hoje sobre religiões; o segundo elencando os textos sobre Bíblia; e o terceiro que lista as sete matérias sobre interpretação bíblica que serão usadas para a

análise deste trabalho. Após isso, é feita a descrição de cada matéria, seguida da análise individual.

1 JORNALISMO CIENTÍFICO

A alternativa encontrada pela maioria das pessoas para estar em contato com a ciência e, conseqüentemente, seus produtos e propostas, são os meios de comunicação de massa. Dessa forma, segundo Cláudio Bertolli Filho (2006, p. 1) é a mídia que ocupa o lugar de fornecedora de informação científica em um mundo que é dominado pelo avanço tecnológico. Alicia Ivanissevich (2005, p. 13) complementa dizendo que os meios de comunicação são o caminho mais rápido e abrangente de divulgar ciência. A isso se dá o nome de Jornalismo Científico, que de acordo com Bertolli (2006, p. 3), é um produto jornalístico tratando de temas relacionados à ciência e à tecnologia, construído para um público não especializado.

Fabíola de Oliveira (2002, p. 47) afirma, ademais, que o conteúdo não se restringe apenas a essas duas áreas, mas que pode ser usado para compreender diversos aspectos e acontecimentos de interesse jornalístico, desde política até esportes, em torno dos quais também existe ciência. Isso acontece porque a ciência ajuda a entender fenômenos sociais e a interpretar razões e conseqüências de variados fatos. Wilson Bueno (2012) exemplifica descrevendo que as áreas que o jornalismo científico abrange não são somente as chamadas ciências básicas, como física, biologia e química, ou as aplicadas, engenharia, medicina e agronomia, por exemplo, mas inclui as ciências humanas, como educação, sociologia, comunicação, etc.

Para Mônica Teixeira (2002, p. 133), o jornalismo que trata de ciência é, em primeiro lugar, jornalismo. Embora óbvia, a afirmação é feita porque a atenção dos interessados normalmente fixa-se somente na segunda parte da expressão e, sobre isso, Bueno (2012) complementa dizendo que nos meios de comunicação de massa há muito material que não pode ser considerado jornalismo científico porque não segue os padrões de produção jornalística. Sendo assim, é necessário o cumprimento de procedimentos rotineiros do próprio jornalismo, como a definição de temas, elaboração de pautas,

entrevista com mais de uma fonte e a confirmação de informações (OLIVEIRA, 2002, p. 47). Além disso, há parâmetros que tipificam o jornalismo, como a atualidade, a periodicidade, a objetividade, a informatividade e a captação do leitor, como explica Sheila Vieira de Camargo Grillo (2006, p. 7). Para a autora, a atualidade refere-se a relatos de acontecimentos contemporâneos. A periodicidade está inserida no ritmo das publicações. A objetividade diz respeito ao anúncio de fatos relatados pelo jornalista. A informatividade é condicionada pelo interesse do leitor em obter as informações que o jornalista dispõe. E por fim, a captação do leitor está ligada ao impacto que a matéria exerce sobre a vida cotidiana da população e a capacidade de trazer soluções para a mesma.

José Marques de Melo (2012) analisa que o jornalismo contemporâneo tem uma ideologia própria que é manifestada por duas características básicas. A primeira é o sensacionalismo, que impõe a venda da notícia baseada no despertar de emoções do público. A segunda é a atomização, ou seja, a realidade foi fragmentada (esporte, política, economia, ciência, etc.) não sendo mais percebida pela sua totalidade. Diante desse conceito, Mello critica dizendo que o jornalismo científico, por um lado, sofre uma exclusão no jornalismo, pois ele é informação baseada em conhecimento e não permite sensacionalização, mas, por outro lado, ele é atualmente construído por um ideal de uma sociedade capitalista, que só torna público o que ocorre dentro dos laboratórios de pesquisa em algumas áreas do conhecimento e que desperte a emoção do receptor.

A ciência e a tecnologia são imprescindíveis para o desenvolvimento de um país. Por isso, a divulgação de ciência e tecnologia contribui para o entendimento da população sobre causas e efeitos dos problemas encontrados diariamente. Seguindo essa ideia, o jornalismo científico exerce papel de agente facilitador da construção da cidadania, na medida em que democratiza o conhecimento (OLIVEIRA, 2002, pp. 11 e 13).

O grau de desenvolvimento científico e tecnológico de um país pode estar diretamente associado à melhoria de sua qualidade de vida. Além disso, a maior parte dos investimentos em C&T é oriunda dos cofres públicos, ou seja, da própria sociedade para quem devem retornar os benefícios resultantes de tais investimentos. (OLIVEIRA, 2002, p. 13)

Wilson Bueno (2012) alerta para uma diferenciação de termos que normalmente são empregados como sinônimos. Em primeiro lugar, divulgação científica não é

jornalismo científico. Embora ambos se destinem a um público leigo com o intuito de democratizar as informações, a divulgação não é jornalismo. Uma coleção de fascículos sobre história da ciência e da tecnologia, encartada num jornal ou revista, não se constitui em exemplo de Jornalismo Científico. Ela está localizada no campo da editoração. Assim como uma palestra que adapta a linguagem para o público comum não é jornalismo sobre ciência porque não cumpre os requisitos jornalísticos. No entanto, jornalismo científico é uma corrente da divulgação científica porque é uma forma de exposição ao público leigo, seguindo critérios da produção jornalística. Uma última expressão é a disseminação científica que, diferente das já citadas, se destina a um público especializado em uma mesma área ou em áreas conexas.

Vera Lucia Santos discorda dessa unidade entre divulgação e jornalismo afirmando que divulgação e popularização de ciência é a capacidade de torná-la pública a ponto de ser entendida por um público leigo, mas isso não quer dizer que seja jornalismo científico. Além disso, a divulgação pode ser feita por qualquer meio de comunicação, revistas especializadas ou conferências, sendo papel do cientista divulgar o resultado de seu trabalho sem a preocupação de ser entendido por todos. Ao jornalista cabe o esforço de traduzir a mensagem e fazê-la acessível ao grande público. A distinção é representada pelo objetivo em relação ao comunicador da mensagem (SANTOS *apud* BIALSKI, 2012). Nisso, discorda Bueno argumentando que os objetivos do jornalista e do divulgador científico são semelhantes, ambos transferem ao público leigo informação especializada sobre ciência e tecnologia. O que distingue as atividades são as características dos códigos utilizados e o do profissional que os manipula, ou seja, a linguagem (BUENO *apud* BIALSKI, 2012).

1.1 História do Jornalismo Científico

Há indícios de que a divulgação científica tenha iniciado por volta do século XV com a invenção de Johann Gutemberg. Desde a criação da denominada Prensa de Gutemberg, o mundo começou a ser apresentado com a expansão de informação (OLIVEIRA, 2002, p. 18). Um dos marcos na história da humanidade foi a Revolução Científica, fenômeno europeu dos séculos XV e XVI, que deu início ao conhecimento desenvolvido por forma empírica de comprovar os fatos. Nomes como Isaac

Newton, Galileu Galilei, René Descartes, Francis Bacon, Nicolau Copérnico e Louis Pasteur fazem parte da lista de homens que se destacaram na época (GASPARETTO, 2012).

A partir do ano de 1600, cartas começaram a ser escritas por cientistas com suas novas ideias e descobertas. Nesse contexto, Henry Oldenburg (1618 – 1677), funcionário da Real Sociedade Britânica, apresenta seu talento como escritor. “A combinação do caráter informal e fragmentado das cartas com o potencial de alcance do texto impresso foi logo percebida por Oldenburg, que com sua capacidade empreendedora inventou assim a profissão de jornalista científico” (OLIVEIRA, 2012, p. 19). Oldenburg criou, em 1665, o periódico *Philosophical Transactions*, um jornal científico que durante dois anos serviu de modelo para publicações sobre ciência. Em uma afirmação do ano de 1866 é possível mensurar a importância do trabalho de Henry Oldenburg como divulgador científico.

Se todos os livros do mundo fossem destruídos, à exceção dos *Philosophical Transactions*, é seguro dizer que os fundamentos da ciência física permaneceriam inabaláveis e que o vasto progresso intelectual dos últimos dois séculos estaria amplamente, ainda que não completamente, registrados (HUXLEY *apud* OLIVEIRA, 2002, p.19).

Em 1848, foi criada a Associação Americana para o Progresso da Ciência, entidade que congrega a comunidade científica norte americana. Após a Primeira e Segunda Guerra Mundial, a Europa e os Estados Unidos começam a atentar para as inovações que estavam se formando no campo científico e iniciam o processo de interpretação de novas tecnologias bélicas. A partir desse momento, jornalistas e escritores criam outras associações de jornalismo científico, o que causaria uma enorme revolução e influência para o crescimento da área. Algumas instituições criadas na época: Associação Nacional de Escritores de Ciência (1934), Associação Britânica dos Escritores de Ciência (1945) e União Europeia das Associações de Jornalismo Científico (1971) (OLIVEIRA, 2002, p. 21).

Segundo a mesma autora, no Brasil, a história da imprensa nasceu atrelada ao poder oficial. Em 512 anos, o país viveu sob a monarquia portuguesa por um longo período e, após o grito de independência, passou por décadas de governos militares e ditatoriais. Assim foi o berço do jornalismo científico e da própria cultura científica brasileira, tardia e

submetida aos poderes políticos. Apenas na década de 40, depois da 2ª Guerra Mundial, a ciência entrou na pauta governamental e social, pelos mesmos motivos que o resto do mundo: o despertar pelas forças das novas tecnologias. “Ainda que a sociedade não fosse consultada, existia, de fato, um projeto nacional de desenvolvimento tecnológico com metas estabelecidas” (OLIVEIRA, 2002, p. 30).

Segundo Oliveira, em 1948, nasceu, portanto, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), instituição que une todas as sociedades científicas do Brasil e, em 1951, foi criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Alguns anos depois, no dia 19 de setembro de 1977, na cidade de São Paulo, foi criada por um grupo de jornalistas preocupados em divulgar C&T e democratizar o conhecimento a Associação Brasileira de Jornalismo Científico – ABCJ -, uma entidade sem fins lucrativos. José Reis (1907 – 2002), médico e divulgador científico que durante anos escreveu sobre ciência para o jornal Folha de S. Paulo foi o primeiro presidente e é um dos principais nomes influenciadores no jornalismo científico. A partir da década de 80, uma série de eventos impulsionou a divulgação de ciência no Brasil, ainda que a prioridade fossem eventos e pesquisas internacionais: a passagem do cometa Harley (1986), a descoberta da supernova de Shelton (1987), viagens espaciais e a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992, a *Rio 92*.

Segundo Bertolli (2006, p.1), além de seções especializadas em ciência e tecnologia nos principais jornais brasileiros, que surgiram em meados dos anos 80, atualmente há uma variedade significativa de periódicos que desenvolvem jornalismo científico como a Superinteressante, Galileu (antiga Globo Ciência), Ciência & Cultura, Ciência Hoje, Pesquisa FAPESP e a Scientific American Brasil, revista americana que recentemente criou sua versão em português. Como descreve o jornalista e ex-presidente da ABJC, Ulisses Capozzoli (2002, p. 8), seis bilhões de pessoas só podem sobreviver na superfície deste planeta se a ciência estiver na retaguarda. A ciência que garante a produção, a distribuição de comida, domina pestes e doenças.

1.2 Revista Superinteressante: 25 anos de ciência

A editora brasileira Abril, antes de lançar a revista Superinteressante, já havia feito uma tentativa com outra revista que tratava de Jornalismo Científico, a Ciência Ilustrada,

mas não foi bem-sucedida. Então, a Editora quis comprar os direitos para publicação da *Muy Interesante* - revista espanhola, criada em 1981, que já fazia sucesso na Espanha. O objetivo era apenas traduzir as matérias originais para o português, o que não deu certo porque os fotolitos da revista europeia eram maiores que os da brasileira. Assim, a Superinteressante passou a produzir seus próprios conteúdos (DIAS, 2012).

Em setembro de 1987, a primeira edição foi lançada com uma tiragem de 150 mil exemplares, que logo esgotou, tendo que ser impresso mais 65 mil revistas. No primeiro dia, a editora também havia alcançado o número de 5 mil assinaturas da nova revista. Em 1995, passou por uma reforma do projeto gráfico, adicionando infográficos, que se tornaram um dos principais atrativos da revista (MORAES *et al*, 2012).

De acordo com os mesmo autores, o projeto da revista Superinteressante era divulgar curiosidades no ramo do conhecimento e alcançar prestígio com a divulgação científica, ganhando o reconhecimento da sociedade científica, por isso o foco inicial era em ciências naturais. Na década de 90, a Revista acrescentou editorias e estabeleceu novas pautas, como religião, filosofia e paranormalidade. Em seus recordes de venda, assuntos ligados à religião são os de maior destaque: “A verdadeira história de Jesus” (dezembro de 2002), com 185 mil exemplares vendidos; “Bíblia – o que é verdade e o que é lenda” (junho de 2002), com 132.900 mil exemplares vendidos; “Dalai Lama” (agosto de 2002), com 129.500 mil exemplares vendidos; “O fim do câncer” (janeiro de 2001), com 127.800 mil exemplares vendidos; e “Quem matou Jesus” (abril de 2004), com 126 mil exemplares vendidos.

1.3 Jornalistas x Cientistas

De acordo com Bueno (2012), o primeiro papel que o jornalista científico desempenha é o de contribuinte no processo de alfabetização científica, permitindo um contato entre cidadãos e o universo de ciência e tecnologia, função pedagógica complementar à educação. Em seguida, o de promover a democratização do conhecimento científico ampliando o seu debate na tomada de decisões sobre quando, como e onde investir nessa área. E, por último, possibilita uma prestação de contas à sociedade por parte dos centros produtores e financiadores dos investimentos realizados em pesquisa e desenvolvimento para o próprio país.

A ideia predominante sobre a atribuição do jornalista científico é de um profissional que exerce a função de mediador entre o discurso produzido pela ciência e o público leigo, ou seja, alguém que apenas “traduz” uma linguagem para deixá-la mais acessível (BERTOLLI, 2006, p. 4). Evidentemente, uma das funções é justamente esta, de analisar, interpretar e descrever as informações científicas, transformando-as em um discurso menos técnico e mais coloquial.

Como expõe Teixeira (2006, p. 141), o maior problema demonstrado quando se discute as dificuldades em se fazer jornalismo científico no Brasil é a qualidade da tradução que os jornalistas fazem sem formação em ciência. Além do domínio em técnicas de redação, Oliveira (2002, p. 47) afirma que o jornalista que cobre C&T precisa ter uma familiaridade com os procedimentos da pesquisa científica, conhecimento sobre a história da ciência, política científica e tecnológica, constante atualização sobre os avanços da área e contato permanente com as fontes, a chamada comunidade científica. Bertolli (2006, p. 9) classifica essa falta de conteúdo científico por parte dos profissionais da comunicação como “analfabetismo científico”, considerando o alto número de erros e descontextualização em matérias publicadas, e aponta a precariedade da capacitação acadêmica de quem atua nesse ramo como fator inicial. Um dos caminhos para a solução é este:

Trata-se, então, de aperfeiçoar o jornalista para que nos tornemos capazes de reproduzir competentemente aquilo que o cientista julga ser apropriável por um certo “público leigo”. Para tanto, pede-se ao cientista que se disponha, antes de tudo por cidadania, a descer de sua “torre de marfim”. (TEIXEIRA, 2006, p. 141)

Enfatizando o que é dito por Teixeira, Mello (2012) acrescenta que o jornalismo científico adquiriu algumas características funcionais: o preconceito, a neutralidade e a mitologia da ciência. O primeiro diz respeito à configuração adquirida no mundo contemporâneo, onde é necessário gerar tecnologia para a reprodução do capital. Baseado nisso, a divulgação concentra-se em fatos ligados à ciência básica e aplicada e exclui as humanas. “Quando muito, as ciências humanas conseguem eclodir no noticiário científico por meio das novas tecnologias criadas pela indústria: objetos pedagógicos, instrumentos psicológicos, recursos de comunicação”, salienta o autor. A segunda característica trata de

alimentar a ideia da neutralidade da ciência, por examinar fatos e não processos, e apresentá-la como algo autônomo sem depender de outras instâncias da sociedade. A última propriedade atua em função do poder científico, colocando o cientista no Olimpo¹, reforçando suas estruturas, e quase nada para democratizar o conhecimento. Assim, trata a ciência a partir de uma sacralidade da investigação científica.

Esse distanciamento do cientista é entendido por Teixeira (2006, p. 134) como erro do próprio comunicador social ao ignorar uma das funções primordiais do jornalismo: o contato com mais de uma fonte – uma espécie de cláusula pétrea da boa comunicação. Nesse campo, o jornalista dispensa o contraditório², por achar que não há versões quando se o assunto diz respeito à ciência. “Não há contraditório na cobertura de ciência, porque não há contraditório possível para a ciência, a não ser aquele que a própria ciência engendrará ao longo do tempo com a continuidade da aplicação de seu método.” Diante desse pensamento, a autora conclui que se não há versões ou contraditório, logo o papel que resta ao jornalista que cobre ciência é o de apenas traduzir a mensagem dada pelo pesquisador. Para Oliveira (2002, p. 14), o profissional deve romper com a cultura de que o jornalista é apenas um mensageiro do cientista e, acima de tudo, desmistificar a imagem do cientista diante da população.

Com o intuito de realizar o “furo de reportagem”, ao não haver outros especialistas sobre um determinado tema, a mídia corre o risco de repassar informações duvidosas (BERTOLLI, 2006, p. 11). O que leva à publicação de informações equivocadas e, conseqüentemente, uma visão deturpada de ciência, é a falta de abordagem crítica (OLIVEIRA, 2002, p. 49).

Para exemplificar, há o caso que ficou conhecido como “boimate”. Em 1987, para celebrar o dia 1º de abril, popularmente lembrado como o dia da mentira, uma revista europeia inventou a notícia de que dois pesquisadores, Harry McDonald e William Wimpey, haviam encontrado êxito na combinação de genes do tomate com os genes do boi. O “boimate” seria um vegetal com gosto de churrasco. O caso, que não passava de uma piada, rodou o mundo e foi público por grandes veículos, inclusive pelo editor de ciência da revista Veja.

Oliveira (2002, pp. 49-50) salienta que, atualmente, muitas entidades de pesquisa são governamentais e, portanto, têm seus interesses próprios ao divulgar algum resultado,

¹ Na mitologia grega, o Olimpo representa a morada dos deuses.

² Procedimento que é um dos pilares do direito à ampla defesa, que o jornalismo tomou emprestado da Justiça.

por isso, divulgar ciência é também uma ação política e estratégica. Embora o bom jornalista sempre escute mais de uma fonte, isso nem sempre é possível por não ter essa outra parte disponível. Mesmo assim, há inúmeras fontes alternativas de informações disponíveis em organizações não governamentais, associações científicas e, até mesmo, a internet. Nos Estados Unidos, por exemplo, os jornalistas que cobrem ciência têm como norma não divulgar informações sem que antes saia sua publicação em periódicos indexados e seja aprovada pela comunidade científica.

Trata-se de construir, a partir da verdade das fontes, uma outra versão da verdade. A reportagem – uma narração – é essa outra versão, e note-se que sua fonte é, afinal, o próprio jornalista. Recebemos a versão da verdade que tem o repórter como fonte, como a mais verdadeira, justamente porque pressupomos que ele, antes de pronunciá-la, buscou ativamente o contraditório. (TEIXEIRA, 2006, p. 134)

Entre os mais variados tipos de cientista, há alguns que são os mais marcantes em suas relações com os jornalistas. O que está em sua “torre de marfim” não estabelecendo contato com a imprensa porque não crê que a mídia, de um modo geral, tenha competência para escrever sobre ciência; o pesquisador que fala com muitas restrições e, ainda, deseja ler a matéria antes de ser publicada; e, por último, aquele que reconhece o papel social do seu trabalho e vê no jornalismo científico a possibilidade de transmitir para o público a relevância do seu ofício (OLIVEIRA, 2002, p. 49).

Nessa difícil relação, em que o cientista denuncia o jornalista por despreparo e falta de conhecimentos básicos, perguntas despropositais e, ainda, que distorcem o que é dito por parte dos pesquisadores, além de tomar-lhes muito tempo, as reclamações do jornalista também se voltam às dificuldades de agendamento com o especialista e o despreparo para entrevistas quando monopolizam a conversa desconsiderando as perguntas feitas (BERTOLLI, 2002, p. 12).

O jornalista da área científica esbarra em dificuldades como o difícil acesso às fontes, pois as entidades e a própria comunidade científica, de modo geral, ainda não levam em conta o papel estratégico que a comunicação com o público representa para a sua própria sobrevivência, salvo raras exceções. (OLIVEIRA, 2002, p. 40)

Fabíola de Oliveira conclui salientando alguns problemas ligados às dificuldades na cobertura de jornalismo científico no Brasil. O principal motivo, apontado pelos próprios jornalistas, está relacionado à falta de cultura científica no país. Sobre isso, Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes afirma que o jornalismo científico contribui para diminuir a distância entre o cidadão comum e a elite científica (GOMES apud OLIVEIRA, 2002, p. 54). A falta de disciplinas ligadas a C&T nas grades curriculares impedem o desenvolvimento intelectual e profissional dos alunos, criando um problema na formação direta do profissional. O terceiro motivo é justamente a dificuldade de encontrar fontes capacitadas, que muitas vezes, ainda não assimilaram a importância da divulgação do seu trabalho.

2 CIÊNCIAS HUMANAS E A HERMENÊUTICA

Neste capítulo será discutido a cientificidade da teologia e uma de suas disciplinas: a hermenêutica. Além disso, serão apresentados três métodos científicos mais comuns ligados à interpretação bíblica.

Segundo Fleury (2012), ciência é a tentativa de produzir uma descrição verdadeira da natureza, através da argumentação e raciocínio lógico, excluindo o subjetivismo e as preferências pessoais. Francis Bacon (1561-1626) acreditava que todo o conhecimento deveria partir de uma experiência sensorial e enfatizou o papel transformador da ciência em prol da qualidade de vida das pessoas de sua época. Bacon, ao argumentar que o avanço das ciências depende da formulação de generalidade crescente, propôs a criação do método científico, que se define como um conjunto de regras em uma investigação científica com o intuito de alcançar os resultados mais confiáveis possíveis através da observação e repetição (BUCKINGHAM *et al*, 2011, p. 110).

A discussão sobre a cientificidade da Teologia Cristã não é atual. Tomás de Aquino (1225 – 1274), em Suma Teológica, no século XIII, discutiu a questão afirmando ser a doutrina sagrada ciência. Nisso, argumentou que há dois gêneros de ciência: o de princípios formados à luz natural do intelecto e o outro de princípios conhecidos por ciência superior. A exemplo do primeiro há a geometria. O segundo abrange, por exemplo, a perspectiva, como um princípio explicado na geometria. Assim é a doutrina sagrada, pois deriva de princípios conhecidos à luz de uma ciência superior (AQUINO, 1980, p. 3). Contudo, no período iluminista, através do avanço do positivismo de Augusto Comte (1798 – 1857), foi radicalizada a questão da cientificidade da teologia pela exigência de sua verificabilidade. A partir desse momento, ciência passou a ser sinônimo de objetivação e controle (HAMMES, 2006, p. 542).

Teologia é uma palavra grega, em que *theos* significa “Deus” e *logos* “razão”, “discurso”. Portanto, teologia significa um discurso racional a respeito de Deus. Nesse estudo há três subdivisões de áreas: a teologia sistemática, que tenta construir um corpo

compreensível a partir de uma revelação completa de Deus; a teologia histórica, que centraliza o debate teológico dos grandes expoentes da igreja cristã; e a teologia bíblica, que tem como objeto de estudo a Bíblia (GEISLER, 2010, p. 11). Para Strong (1907), Teologia é a ciência de Deus e as relações entre Deus e o universo.

Por vários séculos, monastérios foram as únicas instituições para a produção, preservação e transmissão do conhecimento. Ali, os monges trabalharam para recuperar o conhecimento clássico, desaparecido após as invasões bárbaras ao Império Romano. Com o fim de propagar o conhecimento, as igrejas fundaram escolas a nível primário e secundário. Finalmente, no século XII, essas se tornaram as primeiras universidades em Bolonha e Paris. O século posterior testemunhou o surgimento de diversas outras instituições universitárias na Europa, como Oxford e Cambridge. O programa de estudos era tanto teológico como secular (D'SOUZA, 2009, p. 101).

Em alguns lugares do mundo, no entanto, após a declaração do estado laico, o pensamento predominante dizia que o Estado não poderia se comprometer com temas referentes à religião ou confissão. Pelo fato da Teologia não ter condições de apresentar-se desvinculada do ambiente eclesiástico, foi retirada dos sistemas oficiais de ensino e pesquisa. Embora em vários países europeus, a teologia participasse do quadro das ciências, participando da fundação de diversas universidades, no Brasil, ela foi reconhecida apenas a partir de 1980 como pós-graduação e em 1997 como curso superior (HAMMES, 2006, p. 544). Hoje, segundo dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o CAPES, a Teologia situa-se na área de Ciências Humanas.

A Teologia é entendida como parte das ciências humanas por seu método e conteúdo e pode ser relacionada como uma ciência hermenêutica por ter como objeto de estudo textos e tradições aceitos por comunidades como normativos. Por isso, essa ciência cumpre dois papéis de destaque na sociedade contemporânea. O primeiro diz respeito à sua tarefa educativa de relacionar esses textos com a realidade e mediar a conversa entre as demais cosmovisões utilizando recursos de outras ciências, estabelecer a paz religiosa e relativizar absolutismos políticos, econômicos e sociais. O segundo papel encaixa-se na característica de ciência contrastante, ou seja, ter uma função reveladora e apresentar aspectos da realidade que poderiam passar despercebidos e colaborar com as demais ciências congêneres, como contribui, por exemplo, no campo da Ética (HAMMES, 2006, p. 553). E, de acordo com a Enciclopédia Britânica, por Teologia ser baseada numa revelação e essa revelação estar documentada nas Escrituras Sagradas do cristianismo, é

necessário a conversa com estudos históricos e filosóficos dessa fonte. Uma das vertentes desses estudos é resultado do relacionamento com questões hermenêuticas.

Hermenêutica é denominada a ciência da interpretação. O objetivo dessa ciência é fixar diretrizes e regras de interpretação para conservar a veracidade de conteúdo de documentos e textos e evitar as más explicações. O deus Hermes, na mitologia grega, era o mensageiro dos deuses, isto é, a tarefa era interpretar as suas vontades. Daí a origem da palavra hermenêutica, porque se trata da comunicação para que uma mensagem possa ser entendida. Nos Estados Unidos, por exemplo, uma das tarefas da Suprema Corte é interpretar a Constituição do país, pois é um documento escrito. O primeiro método usado foi o chamado gramático-histórico, que mudou radicalmente a partir do trabalho de Oliver Wendell Holmes que passou a entender a Constituição americana à luz de atitudes modernas (SPROUL, 2003, p. 47).

Para Graff (2008, p. 21), interpretar é chegar à verdade. Mas, ao longo dos anos, o conceito de verdade mudou. No Pré-Modernismo e no Modernismo a razão prevaleceu; o que estava sendo investigado podia ser explicado. Entretanto, no Pós-Modernismo, o conceito mudou radicalmente e as explicações só poderiam ser parciais. Logo, a verdade não é mais objetiva e absoluta, mas em construção e relativa. Portanto, quando se trata de documentos é preciso ter métodos e princípios para interpretá-los.

A Bíblia, objeto de estudo da hermenêutica teológica cristã, é uma palavra grega que significa “livros”. Foi o teólogo cristão Orígenes que, por volta de 250 d.C., usou esse termo pela primeira vez para designar os livros do Novo Testamento. Anos depois, por volta de 800 d.C., o termo foi traduzido para o latim para indicar o conjunto dos livros sagrados. Existem, no mínimo, quatro cânones³ bíblicos: a Bíblia Hebraica, a Septuaginta, a Bíblia Cristã Católica e a Bíblia Cristã Protestante (SCHOLZ, 2006, pp. 20-21).

Segundo o mesmo autor, o estabelecimento do cânone da Bíblia Hebraica, o *Tanach*, aconteceu por volta de 90 d.C., durante o Concílio de Jâmnia. É formado de 24 livros, divididos em 3 seções: Lei, Profetas e Escritos. Esses 24 livros são idênticos aos 39 que compõem o Antigo Testamento da Bíblia Cristã Protestante. A diferença numérica se deve à separação de cada um dos doze profetas menores, à divisão em duas seções dos livros de Samuel, Reis e Crônicas e à separação de Esdras e Neemias. Já a Bíblia Cristã Católica possui 7 livros a mais no Antigo Testamento: Judite, Sabedoria, Tobias,

³ Palavra grega que, quando usada em relação à Bíblia, significa a lista ou coleção de livros reconhecidos como autoritativos.

Eclesiástico, Baruc, 1 Macabeus e 2 Macabeus. Esses livros são denominados apócrifos pelos protestantes e deuteroacanônicos pelos católicos. De acordo com Ramsay (2012, p. 198), esse acréscimo é baseado na Septuaginta, que é a tradução do Antigo Testamento do hebraico para o grego, realizada por judeus de Alexandria, séculos antes de Cristo. O cânone dessa versão demorou para estabelecer-se, admitindo outros livros escritos em grego com o passar do tempo. O Concílio de Trento, em 1545, estabeleceu quais desses livros comporiam o cânone do Antigo Testamento da Bíblia Cristã Católica.

O Novo Testamento é encontrado apenas nas versões cristãs. Ambas contêm os mesmos 27 livros. Foi o Terceiro Concílio de Cártago, em 397 d.C., que definiu a lista de livros que iriam compor o cânone neotestamentário. Alguns princípios foram utilizados pela igreja primitiva para chegar a um cânone definitivo. Em primeiro lugar, todos deveriam ter origem apostólica; em segundo, a recepção que os escritos tiveram pelas igrejas destinatárias originais, bem como o conhecimento e a continuidade do uso de tais documentos pelas gerações posteriores; e, por último, a uniformidade doutrinária dos escritos (HARRISON, 2007, pp. 104-106).

2.1 Período Patrístico e a Quadriga Medieval

A ciência de interpretação dos textos bíblicos tem seu início ainda no período em que os livros que formam a Bíblia estavam em processo de composição. Um exemplo disso é a reinterpretação dos profetas veterotestamentários sobre o Êxodo – livro que narra a saída do povo hebreu do Egito e sua peregrinação no deserto -, comparando-o ao retorno do exílio babilônico, séculos mais tarde. O Novo Testamento, da mesma maneira, deve ser considerado como a interpretação dos textos do Antigo Testamento. Prova disso é o extenso uso de citações do Antigo Testamento pelos escritores neotestamentários: 295 citações diretas e mais de 4000 alusões. (SCHOLZ, 2006, p. 78).

O período patrístico⁴ foi marcado pela polarização entre duas escolas de interpretação bíblica: Alexandria e Antioquia (SCHOLZ, 2006, p. 82). A escola de Alexandria teve como seu primeiro professor Titus Flavius Clemente. Para ele, as Escrituras escondem seu sentido e são enigmáticas, por isso devem ser interpretadas de

⁴ Período que inicia a partir do término dos documentos do Novo Testamento (100 d.C.), vai até o Concílio de Calcedônia, (450 d.C.) e que fixou a filosofia cristã nos primeiros séculos.

maneira alegórica. Tal escola de interpretação, influenciada pelo filósofo Philo e pelo Platonismo, buscava sempre um significado do texto mais profundo que o literal. A escola de Antioquia, por sua vez, priorizava o sentido histórico e literal, considerando os hábitos, objetivos e métodos de cada autor. Admitia a alegoria somente em alguns casos, como em algumas parábolas (GRAEFF, 2008, p. 22).

As regras de hermenêutica do período seguinte, a Idade Média, foram influenciadas pelas duas escolas (GRAEFF, 2008, p. 22). Aos poucos, foi se desenvolvendo a noção de que os textos bíblicos tinham um sentido quádruplo: literal, alegórico, moral e anagógico (referente ao final dos tempos). Esse método veio a ser conhecido como Quadriga. Quadriga é uma palavra que deriva do latim *quadriga.árum*, que significa “reunião de quatro coisas” (SCHOLZ, 2006, pp. 57 e 85).

O sentido literal era definido como o significado claro e evidente. A dimensão moral do texto representava a instrução dada aos homens sobre como deveriam comportar-se. O sentido alegórico revelava o conteúdo da fé, e o anagógico expressava uma esperança futura. Assim, as passagens que mencionavam a cidade de Jerusalém, por exemplo, comportavam quatro sentidos diferentes. Em seu sentido literal, referia-se à cidade capital da Judeia. O sentido moral de Jerusalém, segundo tal escola de interpretação, é a alma do homem. Seu significado alegórico é a igreja, a comunidade cristã. O sentido anagógico é o céu, o paraíso, esperança final de morada dos cristãos (SPROUL, 2006, p. 58).

2.2 Método Gramático-Histórico

Segundo Scholz (2006, p. 86), a Reforma Protestante representou uma grande mudança no pensamento hermenêutico, quando o reformador Lutero eliminou o controle da Igreja Católica sobre a interpretação bíblica e, da mesma maneira, aboliu o método medieval da quadriga. A multiplicidade dos sentidos presente na quadriga foi substituída pelo foco central do texto, o *sensus literalis*. De acordo com Lopes (1996, p. 1), tal foco, ou seja, o sentido único do escrito, é encontrado através da busca pela intenção do autor ao escrever o texto. O método gramático-histórico moderno é apenas o aperfeiçoamento das ideias hermenêuticas propostas pelo reformador alemão.

Schols (2006, p. 105) destaca algumas ferramentas para a aplicação desse método, sendo algumas delas as mais utilizadas no estudo dos aspectos gramaticais. A primeira é a

delimitação do texto, quando o estudo supõe a delimitação de um texto homogêneo em relação ao assunto. Outra é a delimitação do gênero, porque a Bíblia é composta de vários gêneros, sendo os mais importantes o narrativo (ou histórico), o poético e o argumentativo. Cada gênero pressupõe uma aproximação distinta. A terceira é a crítica textual, na qual se destaca a importância do conhecimento das línguas originais. O intérprete deve avaliar, através de uma edição da língua original do texto, quais variantes textuais dos manuscritos se aproximam mais do texto original. A quarta é a semântica, ou seja, a busca do significado dos termos. Uma outra é a sintaxe, quando o intérprete procura entender a relação entre os diferentes termos dentro do texto, seja de coordenação ou subordinação e procura uma série de cenas, uma narrativa com início, desenvolvimento e conclusão, uma série de teses argumentativas, etc. E, por último, as traduções, em um processo de tradução pessoal do texto, guiada pelo estudo.

Seguindo a ideia do mesmo autor (2006, p. 109), em relação aos aspectos teológicos, há três principais ferramentas. O contexto literário, que é aquilo que vem antes e depois do texto em estudo. Nisso, Lopes (1996, p. 3) acrescenta a importância não somente do contexto literário imediato, mas também das outras obras do autor. Outra ferramenta, segundo Schols (2006, p. 110) é o contexto histórico, que envolve o estudo dos aspectos da história, geografia e cultura bíblicas. Também se estuda o propósito do texto e sua compreensão pelos primeiros leitores, além dos aspectos relacionados ao autor, data de composição e aos destinatários. Enfim, o contexto teológico, ou seja, o contexto conceitual de toda a Bíblia. O intérprete deve considerar os grandes temas bíblicos como, por exemplo, salvação, justiça, fé, em seu trabalho de interpretação. Pressupõe-se que a Bíblia se explica sozinha.

Essa metodologia é usualmente acompanhada de algumas premissas dogmáticas sobre a Bíblia. Segundo Xavier (2012, p.4), esses dogmas protestantes surgiram com o intuito de fazer frente ao dogma católico da Escritura e Tradição. O primeiro deles é a doutrina da inspiração verbal, a qual afirma que os autores bíblicos escreveram palavras inspiradas literalmente pelo Espírito Santo. As consequências dessa doutrina são a identificação da Bíblia com a Palavra de Deus e a infalibilidade da Bíblia. Outras doutrinas incluem a autoridade, a perfeição e a transparência das Escrituras.

2.3 Método Histórico- Crítico

Segundo Xavier (2012, p. 2), o método histórico-crítico de interpretação bíblica tem a razão como principal critério de avaliação do texto, pressupondo a libertação de qualquer premissa dogmática. A abertura para o surgimento do método se dá a partir de Martinho Lutero. Apesar de o reformador criticar a quadriga medieval ao instaurar o método gramático-histórico, em sua edição do Novo Testamento livros como Hebreus, Judas, e Tiago foram tirados da ordem convencional e colocados no final. Tal atitude já demonstrava uma crítica do reformador em relação a tais escritos, por diferentes motivos. Os teólogos luteranos posteriores seguiram a tendência crítica de Lutero. Isso é visto, por exemplo, nos critérios de interpretação publicados nas obras *Annotationes in Novum Testamentum* e *Annotationes in Vetus Testamentum*, de Hugo Grotius (1583-1645). Grotius foi o primeiro a considerar o Antigo e Novo Testamentos como duas grandezas históricas distintas, livrando o primeiro da tutela do segundo e, também, de influências dogmáticas, em questões de interpretação. O teólogo alemão ainda levantou suspeitas históricas sobre alguns textos, como II Tessalonicenses e II Pedro.

Um segundo passo em direção ao método histórico-crítico foi o surgimento da crítica textual, ou seja, a edição do Novo Testamento grego com base em uma avaliação crítica dos manuscritos. Um dos primeiros a empreender tal tarefa foi o sacerdote francês Richard Simon (1638 – 1712), que chegou a duas conclusões: a adição posterior dos títulos dos evangelhos e inautenticidade da última parte do livro de Marcos. De acordo com Lopes (2005, p. 117), porém, o surgimento do método ocorreu finalmente com influência do iluminismo, do racionalismo e do deísmo.

A razão deveria julgar o que é aceitável, ou não, que se creia sobre Deus, e substituindo a revelação e tradição, tornou-se o novo árbitro da verdade. O homem se viu capaz de entender a ordem fundamental do universo, e os Princípios newtonianos simbolizaram essa nova era. As leis da natureza inteligíveis, e o homem se viu capaz de dominar e transformar o mundo. O ideal científico determinou que apenas os aspectos mensuráveis da vida e do cosmos deviam se tratados como reais. Não apenas as ciências naturais, mas também a política, a ética, a metafísica, e a teologia teriam que se submeter à rigidez dos cânones científicos (GOUVÊA *apud* LOPES, 2012, p. 119).

Lopes (2005, p. 120) afirma que o método surgiu com a proposta de ser de fato científico, liberado do condicionamento dos pressupostos teológicos e capaz de sondar a Bíblia de maneira neutra, sem quaisquer influência do dogma e da tradição. Segundo Xavier (2012, p. 11), Johann S. Semler (1725-1791) é considerado o pai desse método. Semler rompe com a tutela da tradição ortodoxa a partir de duas premissas. A primeira é a distinção entre a “palavra de Deus” e “Escritura”, ou seja, nem tudo o que está escrito na Bíblia é, de fato, inspirado por Deus. A segunda é a contestação do cânone autoritativo, que segundo ele, é uma questão meramente histórica que deve ser submetida à crítica. Lopes (2005, p. 121) afirma que por detrás dessas premissas está a compreensão doutrinária de que a Escritura contém erros e contradições, mesclados com as palavras autoritativas de Deus. O objetivo do método tornou-se então descobrir, através da exegese científica, o cânone normativo dentro do cânone formal, ou seja, extrair o que de fato é histórico e verídico nos relatos bíblicos. Logo, o surgimento desse método científico proporcionou o desenvolvimento de diversas abordagens críticas da Bíblia.

2.3.1 Crítica das Fontes

De acordo com Lopes (2005, p. 123), essa crítica dedica-se ao estudo dos diferentes componentes do texto bíblico, que teriam existido isoladamente antes de serem agrupados em um único texto. Tal metodologia pressupõe que os textos bíblicos são compostos por componentes que se originaram em períodos históricos distintos e refletem distintas teologias. Sua tarefa é, portanto, identificar tais documentos originais com o fim de estudá-los separadamente no contexto histórico em que foram produzidos, para finalmente avaliar o sentido do texto completo à luz dos resultados.

Para encontrar as fontes distintas, o examinador busca, primeiramente, as anomalias e irregularidades textuais, como inconsistências de assuntos, repetição de histórias, digressões e diferenças em vocabulário e estilo. Tais “sintomas” no texto apontariam para diferentes fontes documentais, que, em seguida, são identificados em algum período da história de Israel ou da Igreja cristã.

Conforme as ideias do mesmo autor (2005, p. 124), a crítica das fontes se originou no comentário de Gênesis, de Jean Astruc (1684 – 1766), em 1753, que defendia o uso de duas fontes na composição do livro de Gênesis por Moisés. Tal teoria foi sendo

desenvolvida através dos anos, chegando até a “hipótese documentária” de Julius Wellhausen (1844 – 1918), em 1883, que propôs a existência de quatro tradições documentais na formação do Pentateuco (documentos Eloísta, Javista, Sacerdotal e Deuteronomista) e, também, eliminou a autoria de Moisés do mesmo. Em relação ao Novo Testamento, os estudos da crítica das fontes se desenvolveram principalmente no estudo dos Evangelhos Sinóticos⁵. A teoria dominante nessa área é conhecida como “teoria das duas fontes”, defendida inicialmente por C. H. Weisse (1801 – 1866), em 1838, e P. Wernle, em 1899. Tal teoria descreve sobre a prioridade de Marcos e a existência de um documento hipotético chamado Q, utilizado pelos evangelistas Mateus e Lucas na redação de seus respectivos livros.

2.3.2 Crítica da Forma

Seguindo a ideia de Lopes (2005, p.125), o objetivo da crítica da forma é descobrir as formas originais dos textos bíblicos, ainda em sua fase oral de transmissão, antes de serem submetidos à escrita, como aparecem no cânone formal. Além disso, trata de identificar alterações feitas nessa fase pelas comunidades que receberam essas tradições e que, posteriormente, as editaram e publicaram. Esses textos são considerados secundários e não fazem parte do cânone normativo, já que integram o que se chama “teologia da comunidade”.

Lopes (2005, p.126) descreve a obra de Rudolph Bultmann (1884 – 1976), *A História da Tradição Sinótica* (1958), em que o autor utiliza tal método para identificar o material autêntico no evangelho de Marcos, como um exemplo clássico da crítica da forma. Bultmann afirma que as formas de Marcos são produtos da teologia da Igreja cristã primitiva, em seu esforço de evangelizar, defender-se e catequizar. Segundo o teólogo alemão, apenas uma pequena parte do conteúdo do evangelho corresponde ao Jesus histórico, sendo a maioria das narrativas e ditos de Jesus nada mais que invenções da comunidade cristã primitiva.

⁵ Mateus, Marcos e Lucas são livros conhecidos assim por terem uma quantidade expressiva de histórias em comum.

2.3.3 Crítica da Redação

A crítica da redação preocupa-se com os redatores, ou seja, aqueles que se utilizaram das fontes orais e escritas e lhes deram a forma final. Essa ferramenta crítica tenta descobrir os materiais originais para, em seguida, eliminar as alterações feitas pelos redatores no processo de edição dos textos sagrados. De acordo com a crítica da redação, o redator não foi um mero transmissor, foi também um autor que amoldou seu material de acordo com seus próprios pontos de vista e situação social e religiosa. A tarefa da crítica é, portanto, descobrir a “teologia” desses redatores e os princípios teológicos que guiaram sua redação (LOPES, 2005, p. 129).

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA REVISTA SUPERINTERESSANTE

Neste capítulo será apresentada a descrição e a análise do objeto de estudo deste trabalho. O material a ser descrito partiu, primeiramente, da elaboração de três diferentes panoramas da revista Superinteressante. Apenas o conteúdo disponível online, no site da revista, foi examinado. No total, foram 25 anos de edições, de 1987 até 2012, e 309 edições, até setembro deste ano. A pesquisa para a elaboração do primeiro panorama elencou as matérias relacionadas à religião, independentemente de seu segmento. Foram encontradas 190 matérias sobre diversas crenças religiosas do Brasil e do mundo. O segundo panorama foi criado a partir do primeiro, agrupando todas as matérias que tratavam sobre Bíblia. Ao todo, 46 matérias tinham o livro sagrado dos cristãos como assunto principal. Por fim, o terceiro panorama, que constitui o objeto de estudo desta análise, lista, partindo do segundo panorama, sete matérias da revista Superinteressante sobre interpretação bíblica, ou seja, quando o foco da matéria está na tentativa de explicação de algum texto do livro. Não foram listadas matérias que apresentam a Bíblia como fonte ou, ainda, que buscam textos bíblicos como referência secundária de algum assunto.

Abaixo, o terceiro panorama apresenta o título das sete matérias encontradas, junto com o ano, o mês e o número da edição. A partir destas, procurar-se-á compreender o jornalismo científico publicado pela revista sobre a Bíblia.

Ano	Mês	Ed.	Matéria
1987	DEZ	003	Que Reis foram estes?
2001	NOV	168	A fraude de São Paulo
2002	JUL	178	Bíblia passada a limpo
2003	JUL	190	Saiba o que a ciência já descobriu a respeito do Abraão histórico
2008	DEZ	259	Quem escreveu a Bíblia?
2011	JUL	293	Os anos ocultos de Jesus
2012	JUN	305	A Bíblia como você nunca leu

3.1 “Que reis foram estes?”

Segundo a primeira matéria, a tentativa é de responder quem de fato eram os reis que, segundo a Bíblia, saíram do Oriente e, guiados por uma estrela, encontraram o recém-nascido Jesus Cristo, para apresentá-lo com ouro, incenso e mirra. A única vez que a Bíblia escreve sobre eles é no livro de Mateus. Na busca da resposta, o repórter indaga o teólogo brasileiro Leonardo Boff, que afirma que as dúvidas começam pela própria igreja e residem no limite do que é conto e do que é realidade. De acordo com outra fonte, o teólogo Ivo Storniolo, como o livro de Mateus foi escrito entre os anos 80 e 85 d.C., o autor criou uma história para apresentar o real significado do nascimento do menino. Euclides Balancin, outro teólogo, argumenta que o escritor do evangelho inspirou-se em outro capítulo das Escrituras Sagradas, o Salmo 72, que narra sobre um rei que implantaria justiça ao povo de Israel. Acrescenta Storniolo que Jesus era o prometido rei, logo, outros reis foram dar-lhe presentes. Em um sentido bíblico, os magos representariam as nações que reconheceriam o menino como rei. Além disso, Mateus os descreve apenas como magos; somente no século VI d.C. a palavra “reis” foi acrescentada.

Uma hipótese sobre a identidade dos reis está ligada a uma antiga religião persa. Os sacerdotes do zoroastrismo⁶ eram chamados de magos e seus poderes eram derivados do conhecimento de astrologia e astronomia, o que levava os próprios reis persas a se aconselharem com eles. Logo, os reis que visitaram o menino Jesus poderiam ser magos persas, por conhecer os mistérios do céu e, provavelmente, terem conhecimento das Escrituras que narravam a chegada de um rei que salvaria os homens. Além dessas narrações, um poeta lírico romano, Horácio, que viveu de 65 até oito a.C., profetizou uma nova era sob o signo de *Saturnoum*, que causaria uma luminosidade conhecida como estrela de Belém. Sempre foi comum a tradição de buscar ligação entre os fenômenos extraordinários no céu a acontecimentos terrenos. Por isso, o aparecimento de luzes misteriosas seria o prenúncio de algo importante na terra.

3.1.1 Análise

⁶ Antiga religião persa, considerada a primeira manifestação de um monoteísmo ético. Fundada pelo profeta Zaratrusta, a quem os gregos chamavam de Zoroastro.

O objetivo da primeira matéria é tentar descobrir quem foram os reis narrados no livro de Mateus da Bíblia. Nessa visão, o contexto observado é somente o histórico, eliminando os porquês e a influência que isso causaria hoje. Em primeiro lugar, não há nenhuma descrição de um estudo prévio que tenha sido realizado a partir de um método científico de interpretação. De acordo com os capítulos anteriores, para ser jornalismo científico é preciso haver ciência e para haver ciência é necessário a presença de um método. Para chegar a uma resposta sobre quem seriam as pessoas citadas em Mateus como reis, a reportagem indaga três teólogos sobre a evidência dos magos: Leonardo Boff, Ivo Starniolo e Euclides Balancin. O primeiro afirma que há dúvidas sobre o que é real e o que é fictício nessa narração. Os outros dois respondem que essa história é uma invenção do autor do livro, com o objetivo de apresentar o real significado do nascimento de Jesus Cristo. Suas respostas não fazem referência a nenhum estudo ou pesquisa, não sendo claro para o leitor de essas afirmações possuem embasamento científico ou se são opiniões pessoais. Outra fonte ainda é citada: Horácio, um poeta antigo. Esse homem havia profetizado uma nova era, e isso causaria uma luminosidade diferente no céu, representada pelo o que hoje é conhecida como Estrela de Belém. Em seguida, o hábito de sacerdotes de uma religião persa é mencionado, conectando o fato da luminosidade anunciada pelo profeta, com os conhecimentos desses sacerdotes.

Para concluir, a hipótese dada pelo repórter é a de que os reis seriam magos persas que, baseados em seus conhecimentos sobre astrologia, astronomia e das Escrituras Sagradas e na tradição popular de relacionar fenômenos extraordinários - a Estrela de Belém - a algum acontecimento importante na terra, saíram à procura de algo importante na terra. Para chegar a essa conclusão o autor da matéria não cita nenhuma fonte, não preenchendo um dos principais requisitos do jornalismo. Além disso, ao não apresentar nenhum método, apenas uma análise e uma hipótese histórica, o estudo deixa de ser científico, anulando o requisito fundamental das matérias de jornalismo científico. A ideia das três primeiras fontes, os teólogos, também não mostram nenhum método ou, até mesmo, a elaboração de um estudo específico, mas são apresentadas como pensamentos pessoais sobre fatos isolados.

3.2 “A fraude de São Paulo”

De acordo com a segunda reportagem, o foco da matéria é expor a contradição entre as palavras de Paulo e as de Jesus, alegando que autor da maioria dos livros do Novo Testamento seria uma farsa e teria aproveitado a doutrina de Cristo para proclamar a sua. Além de descrever a origem, vida, profissão e conversão de Paulo de Tarso, a reportagem descreve opiniões de Mahatma Gandhi e do teólogo Albert Schweitzer que afirmam ser Paulo uma mentira. O que argumenta a posição contrária do santo à doutrina de Cristo são documentos sobre os ensinamentos de Jesus, como o Evangelho dos Doze Santos, encontrado em 1850 no Tibete; o Evangelho Essênio da Paz, achado na Biblioteca do Vaticano em 1925; e os Manuscritos do Mar Morto, encontrados em 1945 do Oriente Médio. O autor da matéria confronta as palavras de Paulo em relação às de Cristo usando versículos bíblicos sobre escravidão, vegetarianismo, remissão de pecados, celibato e discriminação da mulher na igreja.

3.2.1 Análise

A segunda matéria, escrita por Fernando Travi, tem como foco a contradição entre os ensinamentos de Paulo e os de Jesus, alegando que Paulo seria uma farsa. Para apresentar as ideias, o jornalista utiliza a opinião de duas pessoas: Mahatma Gandhi, monge indiano mundialmente conhecido por seus ideais pacíficos, e o teólogo alemão Albert Schweitzer. Gandhi escreveu que as epístolas de Paulo são uma fraude dos ensinamentos de Cristo com opiniões de Paulo à parte da vida terrena de Jesus. Ainda o repórter cita documentos encontrados em diferentes épocas e em vários lugares do mundo. No entanto, ele não faz referência a que esses documentos significam, nem sua importância, relevância ou ainda o que está neles escrito. Sobre as fontes, destaca-se a ausência de pesquisa ou nova descoberta sobre o fato. Na segunda parte da matéria as contradições de ensino são expostas na forma de versículos bíblicos, mas há somente a citação dos mesmos. Não há comentários, explicações ou interpretações desses textos.

Portanto, em primeiro lugar, não se pode considerar essa matéria científica por falta de um método e, como exemplificada no capítulo anterior, pela ausência da investigação e da pesquisa. Por outro lado, nota-se o subjetivismo da matéria pela maneira que o texto é escrito. Não há referência a uma fonte que opine de forma contrária às mencionadas acima.

3.3 “Bíblia passada a limpo”

Segundo a terceira matéria do panorama, há, primeiro, uma explicação da luta que existe entre ciência e religião. Em seguida, faz uma descrição do livro sagrado dos judeus, cristãos e muçulmanos. Nos tempos modernos, a Bíblia passou a ser analisada por três ramos diferentes: a história, a arqueologia e a filologia⁷. Segundo o arqueólogo Israel Finkelstein, a arqueologia é a área mais promissora por conseguir novos dados sobre determinado assunto. A primeira questão posta em análise é de que os evangelhos sinóticos⁸ não foram escritos pelos próprios Mateus, Marcos e Lucas, mas por seus seguidores. Outro arqueólogo, André Chevitarese, aponta que no livro de Marcos Jesus parecia ter que fazer rituais de magia para alcançar milagres. Ainda sobre a história de Jesus, o pesquisador Paul Johnson afirma que se for extraído de sua história apenas o que é consenso ou que tem coerência sobraria poucos fatos a seu respeito.

Ao falar sobre a história de Jesus, a primeira argumentação é baseada no seu nascimento, que teria sido calculado errado. As evidências históricas mostram que o menino teria nascido no ano seis a.C.. A concepção de Maria também é posta à prova ao dizer que a mãe de Jesus teria engravidado aos 12 anos de um soldado romano. José, num ato de compaixão pela menina teria se casado com ela. Os irmãos de Jesus citados na Bíblia poderiam, portanto, ter sido filhos de um primeiro casamento de José. Ainda sobre esse assunto, a matéria apresenta hipóteses sobre o período entre a sua infância e o começo de seu ministério. Em seguida, faz um relato das obras realizadas por ele com alguns relatos e evidências históricas, como a casa de um dos discípulos, provavelmente Pedro, que foi encontrada em pequenos pedaços.

Outro ponto analisado pela reportagem coloca o dilúvio, descrito em Gênesis como uma apropriação de um mito mesopotâmico sobre uma enchente de enormes proporções, de acordo com o teólogo Rafael Rodrigues da Silva. Quanto à história de Moisés e do êxodo do povo hebreu do Egito, não há evidências arqueológicas, o que seria uma história acrescentadas por escribas do Templo de Jerusalém no século VIII a.C.. Além disso, não havia nenhum Monte Sinai, onde, de acordo com a Bíblia, Moisés teria recebido os dez mandamentos. Sua localização teria sido escolhida por volta do século V d.C., por monges

⁷ Ciência que estuda uma língua, cultura ou civilização sob uma visão histórica a partir de documentos escritos.

⁸ Evangelhos que contam as mesmas histórias. São eles: Mateus Marcos e Lucas.

cristãos bizantinos. Por sua vez, as pragas que invadiram o Egito, seria um desastre ecológico ocorrido no Vale do Nilo, causado por nômades que haviam chegado à região. Sobre Abraão, a reportagem diz que não há registros da sua peregrinação de Ur em direção à Canaã e que naquela época os camelos usados nas viagens ainda não eram domesticados. Além disso, erros geográficos são apontados, como Hebron e Bersheba, locais que Abraão teria passado durante a sua viagem, mas que não existiam até então. A análise filológica dos textos indica que Abraão teria sido introduzido na Torá nos séculos VIII e VII a.C., 1000 anos após sua viagem. A partir disso, a matéria conclui que os hebreus e os canaanitas são o mesmo povo.

Sobre Davi, rei que, segundo a Bíblia organizou o povo hebreu, há uma evidência arqueológica, encontrada em 1993: uma pedra de basalto do século IX a.C. com escritos que mencionam a história de um rei Davi. Ao falar de suas batalhas, em especial contra Golias, a reportagem afirma que não há o que as comprove. Nisso conclui que Davi seria uma líder de um grupo de rebeldes que vivia nas montanhas. Os maiores indícios arqueológicos sobre a invenção de histórias como a de Davi e do império de seu filho Salomão é que a cultura canaanita (destruída, segundo a Bíblia) continuava viva.

A reportagem ainda escreve sobre a antiga Jerusalém e termina contando fatos da vida de Paulo, história que, de acordo com a reportagem, a ciência propõe que tenha maiores chances de ser verdadeira. No final há um *box* resumindo o texto e os pontos de conflito entre a versão bíblica e a arqueologia.

3.3.1 Análise

No início da reportagem de Vinícius Romanini há uma citação da teoria de Bultmann sobre os evangelhos sinóticos, mencionada no capítulo 2, fruto da crítica das formas, apesar da matéria não remeter à fonte original. Embora o jornalista não cite a hipótese documental de Julius Wellhausen, também explicada no capítulo anterior, as referências às histórias acrescentadas por escribas no século VIII a.C, e a de Abraão na Torá, nos séculos VIII e VII a.C, são parte desta teoria. Portanto, há referências à hermenêutica, apesar do jornalista não fazer menção a ela e nem produzir a sua matéria segundo o método, mas usá-lo como sustentação. As fontes são os arqueólogos Israel Finkelstein, do Instituto de Arqueologia da Universidade de Tel Aviv, e André Chevitarese. Também o pesquisador Paul Johnson, um dos maiores teólogos liberais desta geração, e o teólogo Rafael Rodrigues da Silva.

É constatado o uso técnicas de produção jornalística como entrevistas com mais de uma fonte, pesquisa, elaboração da pauta baseada no interesse público. Pelo uso dos métodos descritos anteriormente nesta reportagem, é possível considerá-la científica, porém, ainda limitada, pois não faz referência aos outros métodos que também contribuem para dirimir problemas de investigação.

3.4 “Saiba o que a ciência já descobriu a respeito do Abraão histórico”

De acordo com a quarta matéria do panorama, a Bíblia dedica 14 capítulos do livro de Gênesis a Abraão e sua história. A narrativa sobre sua vida começa com Abraão já idoso, que era casado com Sarai, uma mulher estéril, não tinha filhos e morava em Ur, cidade localizada ao sul do rio Eufrates. Após a morte de Terá, seu pai Abraão decide levar sua esposa e seu sobrinho e ir rumo às terras de Canaã, baseado em uma promessa que o próprio Deus disse que o daria: descendência e terra. Assim, Abraão se torna o primeiro dos patriarcas bíblicos.

Atualmente, historiadores, arqueólogos e estudiosos de textos bíblicos admitem que provavelmente existiu um homem chamado Abraão na chamada era dos patriarcas, período que vai de 2000 a.C. até 1500 a.C.. Tábuas encontradas em regiões próximas ao rio Eufrates indicam eventos sobre a vida de um homem chamado Abraão que são semelhantes aos textos narrados na Bíblia. Especialistas afirmam que o patriarca foi chefe e um grupo seminômade com feitos importantes, mas de menor efeito de que os encontrados nas Escrituras Sagradas. A leitura dos textos bíblicos mostra Abraão como um monoteísta desde sempre, diferente do que narra o Alcorão, livro sagrado dos muçulmanos, que cita passagens que descrevem a vida de alguns dos patriarcas. Segundo Ali Abdune, da Associação Mundial da Juventude Islâmica, Abraão recusou a adoração aos astros e negou os deuses petrificados como estátuas. Isso o condenou à fogueira e, milagrosamente, ele se salvou, concluindo que deveria crer em um só Deus.

Arqueólogos afirmam que povos que viviam na região do Crescente Fértil – terras produtivas que se estendiam da Mesopotâmia até o Egito – era politeístas, ou seja, adoravam a mais de um deus. Já os seminômades eram henoteístas, ou seja, adoravam um só deus, mas admitiam a existência de outros. De acordo com o pastor Milton Schwantes,

cada clã adorava o seu próprio deus. Além disso, a cultura seminômade não permitia uma diversidade ampliada de concepções do mundo.

3.4.1 Análise

Na matéria “Saiba o que a ciência já descobriu sobre o Abraão histórico”, de Maria Fernanda Volmero, o objetivo é mostrar o que já se descobriu sobre o Abraão narrado na Bíblia como o patriarca do povo hebreu. No entanto, o material online disponível não está completo. Fala apenas sobre a religião de Abraão e é cortado na metade do parágrafo. Dessa forma, há alguns empecilhos que não permitem uma análise completa da reportagem. A quinta matéria do panorama não descreve métodos nem fontes de pesquisa sobre o assunto a ser abordado. Conforme a narrativa é construída, algumas fontes são requisitadas para uma opinião sobre um assunto determinado, mas não pelo todo. A primeira é de um xeique muçulmano, Ali Abdune, que descreve um pouco da vida do patriarca conforme os relatos do Alcorão, que como todos os outros livros sagrados carecem de autoridade científica em si mesmos. A segunda fonte, o pastor luterano da Universidade Metodista de São Paulo, Milton Schwantes, conta com um olhar histórico sobre a religião dos povos antigos. Novamente, a base para as afirmações não são mencionadas, como estudos, pesquisas e dados.

Arqueologia é uma ciência social que estuda culturas e o modo de vida do passado baseada em vestígios materiais. Sendo assim, as únicas partes científicas do texto são constituídas por achados arqueólogos que possibilitam, embora não afirmem, uma provável conclusão sobre a existência do homem em questão. Como visto no capítulo 1, os jornalistas científicos americanos só publicam pesquisas que já foram descritas em periódicos indexados, para não haver risco de falsidade de documentos e, também, para zelar pela integridade do jornalismo, ao não permitir matérias apuradas com fins lucrativos de determinada empresa. A possibilidade não é encarada como afirmação. Um fato isolado serviu como pauta para uma reportagem da revista Superinteressante, mas não foi o suficiente para torná-la científica.

3.5 “Quem escreveu a Bíblia?”

Segundo a matéria “Quem escreveu a Bíblia”, a tradição judaico-cristã diz que o autor da Bíblia foi o próprio Deus. A Igreja, por sua vez, concorda com revelação divina, mas admitindo que chegou até a sociedade através de mãos humanas. Não há vestígios e evidências dos autores de cada livro, apenas a própria Bíblia. As histórias do Livro derivam de lendas da Terra de Canaã, que segundo a arqueologia, era um Estado aberto habitado por diversos povos – entre eles os hebreus. Por isso, os escritos foram fortemente influenciados por deferentes culturas, como, por exemplo, os cananeus. Outro povo influente foi o sumério, que escreveu a Epopeia de Gilgamesh, uma história protagonizada por um semideus que narra uma forte enchente. Sobre a semelhança com a história do dilúvio e o fato de Jesus ser humano e divino ao mesmo tempo, o especialista em história antiga Anderson Zalewsky Vargas destaca a influência cultural que a Bíblia recebeu.

Após o reinado de Davi, por volta de 1000 a.C., a primeira versão das Escrituras foi redigida, parte que corresponde a Gênesis e Êxodo. A primeira divergência já acontece nessa fase por Deus receber dois nomes diferentes: em alguns momentos é chamado de Yahweh (Jeová ou Javé), o que demonstra intimidade do escritor com a figura, e em outros por Elohim, um título respeitoso e distante que pode ser traduzido como “Deus”. Para os fundamentalistas, Moisés foi o único autor dos livros e usou diferentes nomes porque quis. Nesses mesmos textos, a história da morte de Moisés é narrada, o que, para os historiadores, indica que ele não é o único editor. Acredita-se que os textos que referem-se a Javé sejam os mais antigos, numa época em que a religião era menos formal. Além disso, eles contêm uma passagem que diz que o homem não era apenas uma criação divina, mas que desempenhava um papel de co-criador junto com Deus, afirma o teólogo Humberto Gonçalves. O autor desses trechos foi apelidado de Javista, enquanto o que escreve sobre Elohim foi apelidado de Eloísta. Este faz uma narração diferenciada, em que Deus, ao contrário de Javé, teria criado o mundo em seis dias num ato de exclusividade. Tempos mais tardes, os escritos foram editados e a versão Eloísta predominou, fixando-se no início da Bíblia.

A versão final do Pentateuco – primeiros cinco livros do Antigo Testamento – surgiu por volta de 389 a.C., com um religioso chamado Esdras que comandou um grupo de sacerdotes que editaram os livros anteriores e escreveram parte dos livros de Deuteronômio, Números e Levíticos e alguns dos pontos chave da Bíblia, como os dez mandamentos. Eles ainda afirmaram o monoteísmo e impuseram fortes leis para os hebreus. Para os especialistas, entre eles a historiadora americana Karen Armstrong, as

partes que mostram um Deus vingativo e cheio de ódio foi inspirada num período de guerra, em que os escritores extravasaram sua angústia através de escritos. Por volta de 200 a.C., o cânone hebraico estava finalizado e começava a se espalhar pelo Oriente Médio.

Dois séculos mais tarde, quando as Escrituras circulavam em larga escala, surgiu um homem que não deixou escritos, mas seus seguidores escreveram sobre ele após a sua morte: Jesus Cristo. O cristianismo já iniciou sendo perseguido pelo Império Romano. Nisso, os cristãos começaram a colocar no papel histórias de Jesus, que circulavam em aramaico e coíné – um dialeto grego. Para o teólogo Paulo Nogueira, os cristãos queriam compreender a sua origem, e com isso criaram um novo gênero literário: o evangelho. Nos primeiros séculos, um livro era facilmente perdido. Por isso, copiadores começaram a reescrever as histórias nele contidas. Nessa altura, gerações de copiadores já haviam reescrito partes das Escrituras, alterando e incluindo histórias de acordo com o momento vivido, declara o padre e teólogo Luigi Schiavo. Por exemplo, a narrativa que conta que Jesus livrou uma mulher adúltera de ser apedrejada, foi, provavelmente, incluída por um escriba por volta do século 3. Naquela época, o cristianismo estava rompendo com o judaísmo e apedrejar uma mulher era uma lei posta no Pentateuco por sacerdotes-escribas. Ao escrever essa história, Jesus toma o lugar da Torá, negando os ensinamentos ao pé da letra.

A primeira tentativa de organizar as Escrituras foi feito por um rico comerciante turco chamado Marcião, por volta de 142 d.C.. Ele se converteu ao cristianismo e quis montar sua própria seleção de livros. A sua Bíblia era diferente da que conhecemos hoje, porque Marcião simpatizava com uma seita adepta do gnosticismo, que acreditava que o Deus do Antigo Testamento, um sanguinário e cruel, não era o mesmo que enviara Jesus à Terra, um Deus bondoso e cheio de amor. Os cristãos apostólicos escolheram os livros que seriam oficiais, excluindo os que pertenciam a seitas e outras crenças. O restante da matéria aponta os diferentes processos de tradução e contratempos que a Bíblia teve até chegar a que é conhecida hoje.

3.5.1 Análise

A matéria escrita pelo jornalista José Francisco Botelho faz um estudo sobre a origem e a autoria da Bíblia. De acordo com o método histórico-crítico apresentado no capítulo 2 deste trabalho, uma das ferramentas para o uso dessa metodologia é a crítica da redação, que propõe o estudo sobre os redatores, ou seja, aqueles que através de fontes

deram uma forma final ao livro. Outra ferramenta é a crítica das fontes, que analisa os documentos usados pelo autor para se chegar a um documento final. O repórter utiliza essas duas ferramentas para desenvolver a matéria. Primeiro, ele analisa a autoria dos livros que formam o Pentateuco, colocando em evidência as diferenças iniciais de outros documentos e como a primeira parte da Bíblia foi compilada. Em relação ao Pentateuco, o jornalista refere-se à teoria documental de Julius Wellhausen, porém, não há nenhuma citação à fonte. Nessa mesma linha, descreve o processo de criação dos evangelhos e a maneira como eles foram selecionados para integrar o cânone cristão. Em segundo lugar, apresenta uma série de documentos que foram esquecidos durante a evolução da história, mas que auxiliaram os escritores a chegar a uma conclusão no livro formal. Um dos erros do jornalista é não especificar, no primeiro parágrafo, a qual igreja ele se refere.

O repórter faz a sua investigação usando como fonte os historiadores Anderson Zalesky Vargas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a americana Karen Armstrong, e os teólogos Humberto Gonçalves, do Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos do Rio Grande do Sul, Luigi Schiavo, da Universidade Católica de Goiás, e Paulo Nogueira, da Universidade Metodista de São Paulo. Com exceção de Humberto Gonçalves, todas as fontes estão ligadas a alguma instituição acadêmica. Nisso cumpre um dos requisitos da produção jornalística: o contato com mais de uma fonte. Além disso, utiliza a elaboração da pauta e a pesquisa baseadas na objetividade, narrando uma história com visões e pontos que se confrontam. Baseado na argumentação apresentada é possível dizer que a matéria se encaixa no gênero jornalismo científico, mas não diretamente, por seguir regras de produção jornalística, mas a pesquisa é realizada pelo próprio jornalista, sem citação de um estudo ou pesquisa anterior.

3.6 “Os anos ocultos de Jesus”

Conforme descrito na sexta matéria do panorama, as Escrituras narram o nascimento de Jesus em Belém, a fuga para o Egito e a volta para Nazaré. A última citação de sua infância é a ida a Jerusalém para a celebração da Páscoa. No caminho de volta, Maria e José percebem que Jesus não está entre eles e que teria ficado na Cidade Santa. Após esse fato a Bíblia fica em silêncio e Jesus retorna com 30 anos, pronto para começar

o seu ministério. Novas análises dos Evangelhos, documentos históricos e dados arqueológicos dão pistas sobre a sociedade da época, podendo-se chegar a algumas conclusões sobre o homem de Nazaré.

Uma certeza é de que aos 13 anos Jesus celebrou o seu *bar mitzvah*, ritual que marca a maioridade do judeu. Em relação à sua profissão, Jesus poderia ter seguido a mesma que o seu pai, mas há indícios de que não era a carpintaria. A palavra grega *tekton*, que designava o trabalhador tipo pedreiro, é usada para caracterizar Jesus. Segundo o historiador John Dominique Crossan, Mateus e Lucas ficaram constrangidos com a baixa formação de Jesus e quiseram melhorá-la. As passagens desses dois Evangelhos ainda narram que Jesus tinha quatro irmãos (Tiago, Judas, Simão e José) e irmãs (não mencionadas). De acordo com a historiadora Paula Fredriksen, a partir dessa informação é possível dizer que a família era muito orgulhosa da tradição judaica, sendo os nomes de seus quatro irmãos iguais aos dos fundadores da nação de Israel.

A região habitada pela família de Jesus, após ser destruída, virou um canteiro de obras pelo filho do rei Herodes. Por isso, a abundância de empregos da região aponta que a família não possuía privações e nem apresentava sinais de pobreza. Estuda-se a possibilidade que Jesus tenha nascido perto do ano seis a.C. A maior evidência é o censo realizado nessa época, descrito no livro de Lucas. Por volta de 20 d.C., havia algumas seitas espalhadas entre os judeus, como os saduceus, fariseus, essênios e zelotes. Não há consenso entre os pesquisadores sobre qual delas Jesus pertenceu, mas há semelhanças entre a comunidade dos essênios e o movimento que Cristo fundaria: viver sem bens privados e referir-se a Deus como “pai”. Essa teoria ganhou força a partir de documentos encontrados na região do Mar Morto, em 1947.

Para a historiadora Karen Armstrong, João Batista poderia ser um essênio. João reconhece Jesus como o Messias na primeira vez que o vê e o batiza. Não há indícios que João era mestre de Jesus, mas há crenças de que Jesus foi um discípulo, que a partir da decapitação de João começou a desempenhar o seu ministério como sucessor. Para Crossan, não se sabe muito sobre a história de Jesus antes de sua vida pública porque os dois primeiros capítulos de Marcos e Lucas são parábolas. O teólogo Bart D. Ehrman afirma que não há, ao contrário do que a Bíblia diz, nenhum relato histórico sobre o massacre de crianças ordenado por Herodes. Para o teólogo, os problemas em relação ao livro de Lucas ainda são maiores porque não há referências de um censo realizado por Augustus em que os homens deveriam se alistar retornando à cidade de seus ancestrais. A

própria Bíblia diz que o Cristo deveria nascer em Belém, mas que Jesus provavelmente nasceu em Nazaré. Para Armstrong, os Evangelhos são obras de autores desconhecidos e os escritores não foram testemunhas oculares. Ehrman complementa afirmando que o objetivo desses livros não era fazer uma biografia de Jesus, mas propagar a nova fé.

De acordo com o arqueólogo Joe Zias, Jesus não foi crucificado, mas pregado em uma árvore, como, segundo suas pesquisas, apontam que faziam os romanos. Roma executava muitos judeus; numa só ocasião mais de 2 mil judeus foram mortos, como narra o historiador Flávio Josefo. A partir daí, a matéria narra algumas histórias sobre os reis, imperadores e Barrabás, que foi solto no lugar de Jesus a pedido do povo.

3.6.1 Análise

A tentativa da sétima, assinada por Eduardo Szklarz e Alexandre Versignassi, é preencher uma lacuna que a Bíblia deixa vazia. No entanto, preocupou-se em uma análise puramente histórica, sem se importar com a mensagem por ela transmitida. Como fonte usa três historiadores: John Dominique Crossan, que também é teólogo e destaca-se como o mais influente da atualidade, Paula Fredriksen, Karen Armstrong e Flávio Josefo, que escreveu ainda no século I d.C. Recorre também ao teólogo Bart D. Ehrman e ao arqueólogo Joe Zias. Todos os teólogos citados são liberais, ou seja, aqueles que relativizam a autoridade da Bíblia. Em sua narração histórica nenhum método é citado. Além disso, a reportagem é conduzida pela pesquisa dos próprios jornalistas e não por uma pesquisa pré-existente - requisito do jornalismo científico visto no capítulo anterior.

3.7 “A Bíblia como você nunca leu”

Segundo a última matéria do panorama, a Bíblia é mais que um livro. A reunião dos 66 livros que a constituem são uma espécie de Constituição, com normas e leis. Estas se encontram principalmente nos livros de Deuteronômio e Levítico. De acordo com o historiador Marc Zvi Brettler, no contexto em que esses livros foram escritos ajudaram a formar uma nação com uma identidade tão forte, que sobreviveria a séculos de diáspora e uma religião que dominaria o mundo ocidental. Entretanto, os textos do Antigo e Novo Testamento possuem contradições e possibilidades de mais de uma interpretação.

O primeiro caso é sobre o casamento. O Velho Testamento deixa claro que as mulheres deveriam ser funcionárias de seu marido, com deveres e direitos. Além disso, a poligamia imperava, ou seja, um homem podia ter quantas mulheres quisesse e pudesse sustentar. Um fato assim é narrado já no livro de Gênesis quando Lameque toma para si duas mulheres. A história se repete com grandes nomes bíblicos, como Abraão, Jacó e Salomão, que chegou a possuir 700 mulheres. A justificativa, segundo o historiador Richard Friedman, encontra-se na quantidade superior de mulheres e a constante morte dos homens em guerras. Dessa forma, podia-se manter um equilíbrio e uma manutenção da população. Além disso, uma mulher solteira tinha poucas condições de sobreviver, a não ser sendo uma prostituta. No Novo Testamento, porém, Paulo recomenda que os homens tenham apenas uma esposa para que tenham tempo de se dedicar aos fiéis.

Ao tratar de negócios, a Bíblia é simples sobre a ética comercial: não roubar, nem trapacear de forma que prejudique a outra parte. A cobrança de juros era proibida e enfatizada no livro de Levíticos e de Ezequiel. Nessa questão, a lei da Babilônia, codificada mil anos antes, já proibía o excesso de juros para que ninguém enriquecesse às custas de outros. Jesus, no livro de Mateus, radicalizou ainda mais: além de não recomendar os juros, pregava para que a quantia principal não fosse cobrada. A exceção dos juros encontra-se no livro de Deuteronômio e permite desde que o empréstimo tenha sido feito a um não-judeu. Quanto à escravidão era possível comprar escravos de povos vizinhos e, no caso de uma dívida, o devedor podia vender-se a si mesmo para o credor. De acordo com a historiadora Catherine Hezser, a escravidão em tempos antigos era normal, o que não existia eram os maus tratos e a violência desnecessária. A parte mais humanista vinha em relação aos fazendeiros: deixar de colher nos limites das plantações para que os pobres dali e se alimentassem.

Sobre o álcool, a Bíblia cita mais de 200 vezes a palavra vinho e os excessos eram frequentes: Ló é embebedado pelas filhas e Amnon, filho de Davi, está bêbado quando é morto por seu irmão Absalão. Brettler diz que os sacerdotes eram orientados a não beber antes de entrar no Templo e que o álcool está associado à capacidade de diferenciar o bem e o mal, mas a Bíblia não proíbe o consumo. Na verdade, vinho chega a ser recomendado, no livro de Provérbios, para sarar as feridas da alma. É através da bebida, também, que Jesus realiza o seu primeiro milagre: a transformação de água em vinho em um casamento.

O papel de médico era desenvolvido, segundo a ordem de Levítico, por sacerdotes do Templo. As machas e feridas na pele, conhecidas como lepra, eram constantes naquele

tempo, e o doente era mandando para fora da comunidade, obrigado a usar um sino para que as pessoas não se aproximassem e não corressem o risco de contaminação. Já no Novo Testamento, como narra o livro de Tiago, os sacerdotes devem curar todo o tipo de doença através da fé e da oração. Quanto à educação, a Bíblia aconselha os pais a dedicarem os seus filhos a Deus e no caso de meninos, há a circuncisão no oitavo dia de vida. A transmissão da palavra de Deus e o exemplo são obrigação para os pais. No caso de desobediência dos filhos, o Antigo Testamento aconselha o uso de uma vara de disciplinar. No livro de Provérbios a disciplina é mostrada como ato de sabedoria.

Na questão do homossexualismo, o amor entre homens era punido com a morte. Nos livros de I e II Samuel, é narrada a história de amizade Jonatas, filho de Saul e herdeiro do trono, e de Davi, que acabou sucedendo Saul. Entre os tradicionalistas, essa passagem é incômoda. Entre eles, a justificativa é a forte amizade entre os dois e, quando a Bíblia fala do beijo entre os dois, o argumento posiciona-se em favor do costume da época. O historiador Martii Nissinen diz que é impossível negar o apelo à homossexualidade nesse caso. Outra possível referência ao homossexualismo está no livro de Rute, quando esta diz à Noemi que iria por todo o lugar que ela fosse e sempre estaria com ela.

O Antigo Testamento é recheado de sangue quanto se refere a sacrifícios. A Bíblia ordena, para expiação do pecado, que animais sejam sacrificados e seu sangue jogado sobre o povo. No Novo Testamento, Jesus afirma que quer misericórdia e não sacrifícios. As punições com morte era dadas àqueles que cometessem sequestro, morte, adultério, homossexualismo e prostituição. Jesus, por sua vez, condenou esse tipo de punição pedindo que atirasse a primeira pedra em uma prostituta condenada quem não tivesse pecado algum. O que antes de Jesus era dito sobre não fazer para os outros o que não se deseja para si mesmo, Jesus ordena que faça para os outros o que quereis que seja feito para si mesmo.

3.7.1 Análise

Na última matéria, escrita por Alexandre Versignassi e Tiago Cordeiro, há ausência de métodos e justificativas. A proposta do texto é dar uma nova interpretação aos escritos bíblicos, já que afirma que eles são contraditórios. Em nenhum dos exemplos dados é realizada uma análise histórica e de contexto cultural e temporal. Quando se refere a fontes, a reportagem apresenta apenas 4 historiadores: Marc Zvi Brettler, professor de estudos judaicos da Universidade de Brandeis, Richard Friedman, Catherine Hezser,

professora de história das religiões da Universidade de Londres e o finlandês Martii Nissinen, da Universidade de Helsinki. Há uma carência de fontes de outras áreas do conhecimento além da histórica. No caso da narrativa sobre a história de Davi e Jonatã é visível a parcialidade da matéria, característica repreendida pelo jornalismo contemporâneo. Partindo dessas informações, é possível afirmar que a reportagem não contempla os requisitos do jornalismo científico, por não ser ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após descrever e analisar as sete matérias da revista Superinteressante que constituem o objeto de estudo deste trabalho é possível destacar, em primeiro lugar, os descuidos com o conteúdo disponível no site da revista. A disponibilidade de matérias surgiu depois da revista impressa. Por isso, todo o material anterior foi acrescentado anos após a data da sua edição. Com isso, pode-se observar a falta de autoria de uma reportagem, e, também, o conteúdo incompleto da matéria “Saiba o que a ciência já descobriu a respeito do Abraão histórico”. Além disso, nenhuma matéria *online* dispõe de fotografias, infográficos ou outros recursos visuais disponíveis na versão impressa da revista.

Em segundo lugar, pode ser constatado o excessivo uso de fontes arqueológicas e históricas. Ambas são ciências que podem auxiliar a interpretação da Bíblia. Porém, quando usadas individualmente, não são completas, pois o descobrimento de um só dado não revela o todo e, além disso, preocupam-se em narrar apenas os fatos históricos descobertos até dado momento, que podem ser refutados numa descoberta futura. Outra fonte usada foram os teólogos, dez em sete matérias. Em sua maioria, as fontes têm um alto número de escritos publicados. Estes, por sua vez, não são artigos ou texto acadêmico, mas atendem ao mercado editorial.

Ainda é possível destacar a visível parcialidade da revista Superinteressante quanto à temática bíblica. A partir de uma pesquisa do próprio jornalista, e não de um estudo científico recente com novidades relevantes – requisito fundamental do jornalismo científico –, pode-se ler em todas as matérias uma tentativa de anular um conhecimento baseado em uma crença popular (nesse caso do cristianismo). Os textos elaborados mostravam uma opinião totalmente divergente e que, de alguma forma, queriam provar farsas, erros e contradições. Em nenhuma das sete reportagens viu-se uma fonte que tivesse um posicionamento contrário ou que argumentasse contra alguma ideia central.

Por último, no que diz respeito ao jornalismo científico, analisou-se que a revista não atende aos padrões e requisitos dessa produção, mas que atende a uma visão mercadológica atual. As reportagens não são baseadas em descobertas científicas recentes, mas, como dito no parágrafo anterior, são pautadas pelo próprio jornalista que busca fontes para argumentar a favor de uma ideia inicial. Quanto aos métodos apresentados no capítulo 2, há uma matéria (Quem escreveu a Bíblia) que cita duas teorias do método histórico-crítico, mas que não faz referência ao autor. Na mesma matéria, percebe-se o uso de um método, mas não diretamente, pois a pesquisa parte do próprio jornalista e não de uma pesquisa prévia. Em outra reportagem (A Bíblia passada a limpo), há também uma citação da crítica das formas, do método histórico-crítico, mas sem mencionar o autor. No entanto, nas demais 6 reportagens não há uso de nenhum dos métodos de interpretação bíblica descritos no capítulo 2 deste trabalho.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Tomás. *Suma Teológica*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BERTOLLI, Cláudio. *Elementos fundamentais para a prática do jornalismo científico*. 2006. <http://www.bocc.ubi.pt>. Acessado em: 2012.

BIALSKI, Sérgio. <http://www.jornalismocientifico.com.br/revista/01/artigos/artigo7.asp>. Acessado em: 2012.

BUCKINGHAM, Will *et al.* *O livro da filosofia*. São Paulo: Globo, 2010.

BUENO, Wilson C. http://jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo27.php. Acessado em: 2012

BUENO, Wilson C. <http://jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/conceitos/jornalismocientifico.php>. Acessado em: 2012

D'SOUZA, Dinesh. *Lo grandioso del cristianismo*. Illinois: Tyndale, 2009.

FLEURY, Jean-Marc. MBARGA, Gervais. *O que é ciência?* http://www.wfsj.org/course/pt/pdf/mod_5.pdf. Acessado em: 2012

GEISLER, Norman. *Teologia Sistemática*. Rio de Janeiro: CPAD, 2010.

GRAFF, Anselmo E. Teoria e Prática do Estudo Bíblico. *Cadernos Universitários*, 299. Canoas: Ulbra. 2008.

GRILLO, Sheila V. C. Divulgação Científica na esfera midiática. *Revista Intercâmbio*, volume XV. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2006.

HAMMES, Érico João. Pode teologia ser ciência? *Teocomunicações*, Porto Alegre, nº 153, set. 2006. Pp. 541-554.

LOPES, Augustus N. O Dilema do Método Histórico-Crítico na Interpretação Bíblica. *Fides Reformata*, X, nº1, 2005. Pp 115-138.

OLIVEIRA, Fabíola. *Jornalismo Científico*. São Paulo: Contexto, 2002.

SCHOLZ, Vilson. *Princípios da interpretação bíblica*. Canoas: ULBRA, 2006.

SPROUL, R.C. *O conhecimento das Escrituras*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

TEIXEIRA, Mônica. *Pressupostos do Jornalismo de Ciência no Brasil: Uma visão do debate sobre as relações entre ciência e o jornalismo*. <http://www.casadaciencia.ufrj.br>. Acessado em: 2012.

XAVIER, Luiz Felipe. *O método histórico-crítico: origem, característica e passos metódicos*. <http://www.faculdadebatista.com.br>. Acessado em: 2012.

STRONG, Augustus H. *Systematic Theology*. Philadelphia: American Baptist Publication Society, 1907.

Faculdade Assis Gurgacz em <http://www.fag.edu.br/adverbio/artigos/artigo02%20-%20adv06.pdf>. Acessado em: 2012

Encyclopaedia Britannica em <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/590855/theology/14949/Theological-themes>. Acessado em: 2012

Info Escola em <http://www.infoescola.com/historia/revolucao-cientifica>. Acessado em: 2012

CNPq em <http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2012/pjr/historico.html>. Acessado em: 2012

Revista Superinteressante em <http://super.abril.com.br/>. Acessado em: 2012